EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**EDITAL Nº 03/2022 – DP/PA****MANIFESTAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE REMOÇÃO POR PERMUTA**

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando o disposto no art. 2º do Edital nº 02/2022 – DP/PA, o qual abre prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que os requerentes originários se manifestem acerca da concordância ou desistência na permuta com o defensor mais antigo que manifestou interesse na permuta; Considerando a manifestação do Defensor Público VALDERCI DIAS SIMÃO, titular da 2ª Defensoria Pública de Defesa da Pessoa acusada de Violência de Gênero, pelo não interesse na permuta; RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR o requerimento inicial de permuta, pela perda do objeto, conforme disposição do Art. 4º, §4º, da Resolução CSDP nº 183, de 06 de março de 2017.

Belém, 15 de dezembro de 2022.

João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 890366

NORMA**RESOLUÇÃO Nº 334, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022**

Dispõe sobre a atividade de assessoria jurídica na Defensoria Pública do Estado do Pará.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando que ao Conselho Superior cabe exercer a normatização no âmbito da Defensoria Pública do Estado nas questões relativas a seus membros, serviços auxiliares e carreira; Considerando os princípios da moralidade, impessoalidade, eficiência e supremacia do interesse público; Considerando a vedação inserta no art. 178, inciso XXII da Lei Estadual 5.810/94, que instituiu o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Estado do Pará; Considerando os inúmeros precedentes de outras Defensorias Públicas, mencionados no parecer jurídico de n. 01/2022 – GAB/DPG; Considerando o que dispõem os artigos 63 e 66 da Lei Estadual 5.810/94, que trata da carga horária dos cargos comissionados no âmbito do Estado do Pará; Considerando a necessidade de racionalização do funcionamento da Defensoria Pública, de modo a adequar o corpo técnico e perfectibilizar a atuação institucional; RESOLVE:

Art. 1º. O cargo de Assessor Jurídico de Defensoria, privativo de bacharel em Direito e de livre nomeação e exoneração pelo Defensor Público-Geral, tem como atribuições aquelas insertas no anexo VIII da Lei 8.107/2015.

Art. 2º. A jornada de trabalho do Assessor Jurídico de Defensoria é de 06 (seis) horas diárias, devendo os ocupantes do cargo atender às convocatórias decorrentes da necessidade do serviço de interesse da Administração, independentemente da referida jornada.

Art. 3º. Não poderá ocupar o cargo de Assessor Jurídico de Defensoria cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ativos da Defensoria Pública do Estado do Pará, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º. É vedado aos Assessores Jurídicos de Defensoria, sob pena de responsabilização funcional e administrativa:

I - exercer consultoria, assessoramento jurídico ou advocacia fora das atribuições inerentes ao cargo;

II - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

III - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições.

§1º. Caberá à Corregedoria-Geral a expedição de modelo de Termo de Responsabilidade para os assessores, que deverão entregar o referido documento em até 5 (cinco) dias após a sua posse;

§2º. Os assessores que já atuam na advocacia privada devem assinar termo de responsabilidade (anexo I) a que se refere o parágrafo anterior em até 5 (cinco) dias a partir da vigência prevista no art. 6º desta Resolução.

Art. 5º. Ficam resguardados os atos processuais já praticados, vedando-se, porém, a continuidade do exercício da advocacia a partir da vigência desta norma.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Sala de reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

EDGAR MOREIRA ALAMAR

Corregedor-Geral

Membro Nato

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

MARIA DE BELÉM BATISTA PEREIRA

Membra Titular

DYEGO AZEVEDO MAIA

Membro Titular

ARTHUR CORREA DA SILVA NETO

Membro Titular

JACQUELINE BASTOS LOUREIRO

Membra Titular

ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS.

Membro Titular

BEATRIZ FERREIRA DOS REIS

Membra Titular

LUIS MARCELO MACEDO DE SOUZA

Membro Titular

*O anexo mencionado nesta Resolução está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://defensoria.pa.def.br/Legislacao.aspx>

Protocolo: 890353

RESOLUÇÃO Nº 335, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o exercício de atividades de magistério pelos membros da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, publicada no D.O.E. em 09.02.2006; CONSIDERANDO que o artigo 37 da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; CONSIDERANDO que o inciso XVI, do artigo 37, da Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; CONSIDERANDO a importância e a necessidade de compatibilizar os horários do exercício do magistério com as atribuições institucionais e deveres inerentes aos cargos de Defensor Público, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, bem como na Lei Complementar Estadual nº 054, de 07 de fevereiro de 2006 e as atribuições e deveres inerentes aos cargos de servidores da instituição definidos na Lei Ordinária Estadual nº 8.107, de 19 de fevereiro de 2015 e Lei Ordinária Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; CONSIDERANDO que as atribuições institucionais e deveres inerentes ao cargo de Defensor Público devem preponderar em relação às atividades de magistério, aplicando-se no que couber aos servidores; RESOLVE:

Art. 1º Ao membro da Defensoria Pública do Estado do Pará, é permitido o exercício do magistério público ou particular, ressalvadas as restrições estabelecidas nesta Resolução.

§1º O exercício do magistério por membro da Defensoria Pública, na forma estabelecida nesta Resolução, pressupõe compatibilidade entre os horários da atividade acadêmica e a disponibilidade do membro para o exercício das atribuições institucionais, deveres e funções inerentes ao cargo, os quais deverão preponderar em relação ao exercício do magistério.

§2º É vedado o exercício do magistério ao membro que estiver licenciado para tratamento de saúde.

§3º É vedado o exercício de cargo ou função de natureza administrativo-institucional e outras atribuições relacionadas à gestão da instituição de ensino pública ou particular.

§4º É permitida a atividade de coordenação acadêmica, notadamente aquelas de natureza formadora e transformadora, como o acompanhamento e a promoção do projeto pedagógico da instituição de ensino, a formação e a orientação de professores, a articulação entre corpo docente e discente para a formação do ambiente acadêmico participativo, a iniciação científica, a orientação de acadêmicos, a promoção e a orientação da pesquisa e outras ações relacionadas diretamente com o processo de ensino e aprendizagem.

§5º As atividades de coaching, similares e congêneres, destinadas à assessoria individual ou coletiva de pessoas, inclusive na preparação de candidatos a concursos públicos, não são consideradas atividade de magistério, sendo vedada a sua prática por membros da Defensoria Pública, ainda que vinculadas à instituição de ensino pública ou particular.

Art.2º O exercício do magistério, em dias úteis, compreende as atividades docentes desempenhadas:

I – de maneira remota, síncrona ou presencial;

II – em cursos preparatórios para ingresso em carreiras públicas ou congêneres, bem como em cursos de graduação e pós-graduação;

III – no exercício de cargos ou funções de coordenação acadêmica, se houver compatibilidade de horário com as funções defensórias.

Art. 3º Somente será permitido o exercício do magistério ao membro da Defensoria Pública, em qualquer hipótese, se houver compatibilidade de horário com o do exercício das funções institucionais.

§1º Considera-se, para fins desta Resolução:

a) período matutino, aquele compreendido entre 06 (seis) horas e 12(doze) horas;

b) período vespertino, aquele compreendido entre 12 (doze) horas e 01(um) minuto até às 18(dezoito) horas;

c) período noturno, aquele compreendido entre 18 (dezoito) horas e 01(um) minuto até as 23(vinte e três) horas.

§2º No período matutino, o exercício do magistério ao membro da Defensoria Pública é incompatível.

§3º No período vespertino, o exercício do magistério ao membro da Defensoria Pública é compatível até 02(duas) vezes por semana, a partir das 15 (quinze) horas.

§4º No período noturno, o exercício do magistério ao membro da Defensoria Pública é compatível.

§5º Havendo eventual conflito de horário, deverá prevalecer a atividade defensorial em detrimento do exercício do magistério.

§6º Não se inclui na incompatibilidade referida nos parágrafos anteriores